

ECONOMIA SOLIDÁRIA, DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO.

Autor(es): Diego Araújo Peixoto Fraga¹ (CNPq/UFRB); Bruno Marques de Oliveira² (UFRB).

E-mail: diego.araujopf@hotmail.com; bruno_marques21@hotmail.com

Grupo de Trabalho: GT5, Sociedade civil e políticas públicas.

Resumo

Este artigo pretende discutir a economia solidária como mecanismo de promoção do desenvolvimento local, refletindo sobre a participação dos atores e o fortalecimento do capital social dentro de uma associação que fica localizada na zona rural do município de Muritiba, no Território do Recôncavo Baiano. Apresentando alternativas viáveis para desenvolver e fortalecer a comunidade com a participação dos atores locais, buscando a valorização dos recursos endógenos para o empoderamento de pessoas que estão desempregadas e/ou que desejam construir uma nova sociedade com novas relações de produção, consumo e equilíbrio ecológico. A economia solidária é um modo diferente de produção, de consumo e comercialização. Esses processos são baseados na democracia, na autogestão, cooperação, solidariedade, preservação ambiental e nos direitos humanos. Para atender aos objetivos propostos, foram realizadas entrevistas com os associados a partir de um roteiro semi-estruturado.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo analisar a economia solidária e a participação como mecanismo de promoção do desenvolvimento local em uma associação comunitária no município de Muritiba, estado da Bahia. Observa-se que a economia solidária vem se difundindo cada vez mais, ganhando força e espaços, se opondo ao capitalismo devastador que marginalizam os indivíduos. A partir dos anos 1990 aumenta o discurso sobre a participação social, onde começasse criar espaços para que os indivíduos possam opinar e assim efetivar seu papel na sociedade e com isso fortalece a democracia.

¹ Formado em Tecnologia em Gestão de Cooperativas pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB.

² Graduando em Tecnologia em Gestão de Cooperativas pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB.

A necessidade de criar espaços para estimular a participação de novos atores para que contribuíssem no processo de democracia, fortalecendo a sociedade, criando novas vias para a efetiva participação da população. Uma das formas que se criou para que esses indivíduos pudessem ser ouvidos principalmente os dos moradores do meio rural foram às associações que ganham um papel importante, pois passa ser a intermediária entre comunidade e poder público, e a facilitadora para ter acesso às políticas públicas.

O associativismo é uma prática forte no meio rural, pois é um meio dos agricultores ganharem forças, superando as dificuldades diárias, onde há um grande incentivo dos órgãos do governo aumentando as forças políticas. Os benefícios de uma associação podem ser percebidos tanto no âmbito interno quanto externo, trazendo o desenvolvimento comunitário. (FRAGA, 2014, p. 4).

Os associados necessitam se articular para fortalecer a associação e se sentirem donos da mesma, pois nota-se que eles não têm o sentimento de pertencimento e não desejam concorrer a presidência para poder assumir a responsabilidade e alavancar a situação da associação. Contudo, os agricultores conseguem se articular para buscar benefício para a comunidade como cursos e palestras para contribuir na plantação e melhoria da qualidade de vida.

A pesquisa privilegiou uma abordagem qualitativa, onde buscou-se estudar as percepções dos próprios atores sobre a participação e o capital social com a ajuda de um roteiro semi-estruturado, onde foram realizadas quatorze entrevistas com associados e o presidente da associação, juntamente com a participação em algumas reuniões da associação.

O objetivo desta pesquisa foi analisar economia solidária como mecanismo de promoção do desenvolvimento local, refletindo sobre a participação dos atores e o fortalecimento do capital social. Os objetivos específicos constituíram em: analisar a participação dos associados; analisar as relações de solidariedade e cooperação; e verificar a importância da Associação para o desenvolvimento da comunidade rural.

Economia Solidária

A prática da solidariedade, diante dos fatos e características que se encontra em meio à sociedade atual, se mostra intrínseca aos seres humanos e até em alguns animais. O ato de cooperar exercido naturalmente pela sociedade até o final do século XVIII, não era percebido como modelo viável para a melhoria da qualidade de vida.

Com a degradação da dignidade humana instituída no período da revolução industrial a sociedade tende a se reorganizar criando novas manobras à procura da sobrevivência. O modo de trabalho imposta pelas indústrias da época leva a constituição de grupos cooperativos e solidários que surgiu como alternativa de fuga as mazelas decorrentes da revolução industrial sobre os trabalhadores. Com cargas horárias exorbitantes de até 15 horas e exploração de trabalho infantil, ambos sob condições precárias de trabalho.

Alguns dos principais pensadores e precursores do movimento como Saint-Simon, Charles Fourier, Pierre Proudhon e Robert Owen, vislumbrava uma sociedade baseada em atos de cooperativismo, mutualismo e solidariedade. Esses pensadores foram intitulados por Karl Marx, como socialistas utópicos, pois o padrão considerado não evidenciava as mutações desejadas. (SINGER, 2002; ARROYO, 2006)

Robert Owen percebendo a degradação em que se encontravam os trabalhadores partiu para algumas medidas como: extinguiu o trabalho infantil, criou escolas para as crianças de suas indústrias, reduziu a carga horária de trabalho contribuindo elevar a qualidade de vida de seus trabalhadores. Tendo como contrapartida o reflexo na melhoria de sua produtividade, tornando-se referência para empresários de toda parte do mundo (SINGER, 2002).

Para Singer (2002) a ideologia cooperativista vem na contra mão ao modelo de produção do capitalismo. O autor traz a cooperativa como a matriz da empresa solidária, pois as relações internas entre os trabalhadores de participação, autogestão são particularidades originárias da economia solidária.

Esta é a origem histórica da economia solidária. Seria justo chamar esta fase inicial de sua história de “cooperativismo revolucionário”, o qual jamais se repetiu de forma tão nítida. Ela tornou evidente a ligação essencial da economia solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo. A figura que sintetizou pensamento e ação nesta fase foi sem dúvida Owen, exemplo acabado de pensador e homem de ação e que inspiraria os seus sucessores. Engels colaborou na imprensa owenista e tanto ele como Marx deveram muito a Owen, dívida aliás nunca contestada (SINGER, 2002 p. 35).

A origem da economia solidária no Brasil não vem de processos diferentes do modo de luta contra os avanços esmagadores do capitalismo industrial. A economia solidária reaparece no final do século XX, devido uma nova estrutura de organização dos

movimentos sociais que trazem propostas de alternativas ao desenvolvimento capitalista. (Silva, apud Bertucci e Silva, 2003).

Nas cidades a economia solidária ganha destaque nos anos 80 e 90, devido à forte crise econômica ocorrida, que desencadeou diversos problemas, como por exemplo, a precarização e exclusão dos trabalhadores. A mesma surgiu como alternativa ao modelo degradante imposto dos empreendimentos individuais. O movimento sindical em meio ao cenário instalado de desemprego oriundo do fechamento de diversas fábricas, devido à recessão econômica da época, passa apoiar a recuperação das empresas por trabalhadores que atuaram e atuam em um dos vieses da economia solidária, a autogestão.

Percebendo a importante parcela de contribuição da economia solidária surgem as primeiras iniciativas do Estado em apoio à continuidade desse movimento solidário. Atuando no mesmo sentido os movimentos sociais que atuam no campo buscam se organizar para amenizar as debilidades encontradas pelos agricultores familiares na luta contra ao modelo instalado, tornando-se mais uma alternativa frente ao agronegócio.

No Brasil, o cooperativismo ganha maior visibilidade com a criação da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão - ANTEAG em 1994, uma instituição de estímulo as cooperativas que tinha seu quadro composto por trabalhadores, técnicos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômico - Dieese e de alguns sindicatos. A partir da criação da ANTEAG os sindicatos ganham maior liberdade para atuar com maior ênfase no apoio dos trabalhadores que desejavam atuar em empresas recuperadas, ou seja, nos empreendimentos econômicos solidários.

Essa reestruturação nas relações de trabalho constitui em uma melhora na qualidade de vida dos trabalhadores de qualquer setor, rural ou urbano, impactando diretamente no que se tem como perspectiva de desenvolvimento, na qual não se configura o mercado capitalista.

Desenvolvimento Local e Participação.

O desenvolvimento local surge no final dos anos 1970, envolvendo tanto os fatores sociais e culturais como o político. O processo de desenvolvimento consiste em ser sustentável e buscar a união das pessoas para que juntas elas possam atingir objetivos comuns, sem destruir os recursos naturais disponíveis.

De acordo com Buarque (1999, p. 9),

Desenvolvimento local é um *processo endógeno* registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o *dinamismo econômico* e a *melhoria da qualidade* de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da *mobilização* das *energias* da sociedade, explorando as suas *capacidades* e *potencialidades* específicas.

A competência de produzir motivando o desenvolvimento a partir de recursos disponíveis, introduzindo novas tecnologias, elevando as oportunidades sociais, aumentando a renda e a qualidade de vida local.

Na visão de Zapata (2001, p. 116):

O conceito de desenvolvimento local se apóia na idéia de que as localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais, além de economias de escalas não exploradas, que constituem seu potencial de desenvolvimento.

Já para Amaro (2009, p. 108), desenvolvimento local é:

O processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo a comunidade o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas.

Com esses conceitos consegue-se observar que o desenvolvimento local ocorre de forma endógena, através das ações e iniciativas dos atores que buscam solucionar ou amenizar os problemas da comunidade a partir de seus próprios recursos, almejando uma melhor qualidade de vida.

As experiências bem sucedidas de desenvolvimento local (endógeno) decorrem, quase sempre, de um ambiente político e social favorável, expresso por mobilização, e, principalmente, de convergência importante dos atores sociais do município ou comunidade em torno de determinadas prioridades e orientações básicas de desenvolvimento. (BUARQUE, 1999, p. 10).

Para que essas experiências de desenvolvimento local de forma endógena aconteçam são necessárias que os atores sociais desenvolvam ações que visem valorizar um plano que se dá através do trabalho coletivo. Caso não haja essas ações é improvável que aconteça um efetivo desenvolvimento.

Para desenvolver é necessário impor as condições sociais pela ação do homem, para o processo de desenvolvimento é indispensável a importância da pluralidade do potencial humano. Necessário a união das pessoas para que juntas possam

alcançar objetivos comuns, ajudando no crescimento da comunidade, destacando seus papéis sociais. (FRAGA, 2014, p.9).

O desenvolvimento local envolve tanto os fatores sociais e culturais quanto os políticos, que não são regulados pelo sistema de mercado, é considerado um conjunto de atividades culturais, econômicas e políticas que compartilham um projeto que cause transformação na realidade local. (LEONELLO, 2010).

O poder público deve criar condições para que a sociedade possa participar mais das atividades, ocupando espaços de discussões, orientando-os a desenvolver ações de forma sustentável e eficaz, criando um desenvolvimento participativo.

Com isso impulsiona a criação de associações para tornar os grupos mais atuantes e aproximar os indivíduos de sua autonomia e do desenvolvimento local, buscando a participação e cooperação de todos para que contribuam de formas diferentes, agregando novos conhecimentos e transformando comportamentos, o que resulta em uma comunidade mais interessada e participativa assumindo as responsabilidades nas decisões. Como afirma Zapata (2001, p. 117), “a participação é entendida como o processo de tomar parte nas decisões e se responsabilizar pelas decisões tomadas.”.

A falta de participação da comunidade é apontada, na literatura produzida pelas principais instituições internacionais da área de fomento do desenvolvimento, como uma das principais causas do fracasso de políticas, programas e projetos de diferentes tipos. (BANDEIRA, 1999, p. 12/13)

Atrelado a essa falta de participação vem os fracassos de muitos projetos/programas, pois isso faz com que eles sejam mal elaborados, não conseguindo alcançar seus objetivos e gerando altos custos nos cofres públicos, pois na elaboração e desenvolvimento tem que contar com a ajuda de todos para que haja uma identificação da comunidade e se obtenha o êxito levando o desenvolvimento para todos.

A partir dos anos 1990 aumenta o diálogo sobre a participação social objetivando o fortalecimento e ampliação da democracia, fazendo com que os atores se incorporassem aos espaços onde pudessem expor suas opiniões. Fraga (2014) diz que “a participação é um ato de cidadania que o indivíduo se integra e passa a fazer parte de um processo coletivo.”. (p.5).

Com o crescimento da participação da sociedade civil e a articulação de novos atores sociais, há um grande ganho para as políticas públicas o que reflete na ascensão do

desenvolvimento de determinadas regiões, tendo a participação da comunidade em todo processo de forma democrática.

O conceito de participação necessita ser caracterizado como um novo padrão de desenvolvimento, onde terá fortes alterações no ponto de vista relacionada às questões culturais, econômicas e sociais, fazendo com que a sociedade participe de forma ativa.

Bordenave (1985) afirma que a participação consegue unir as pessoas para resolver problemas que sozinho o indivíduo não seria capaz, além de aumentar seu poder de reivindicação.

Ainda Bordenave (1985, p. 16) trata a participação como uma necessidade básica para a sobrevivência do ser humano, “[...] a participação não é somente um instrumento para a solução de problemas, mas, sobretudo, uma necessidade fundamental do ser humano, como são a comida, o sono e a saúde.”.

Quando a sociedade civil se preocupa em fiscalizar os serviços de prestação públicas eles tendem a ter uma melhora, pois os atores sociais começam a fazer cobranças dos mesmo, tornando sua participação eficaz. Além de fazer com que os órgãos atendam de maneira diferente onde possam atender a todos, deixando de funcionar de formas verticais para formas horizontais.

Segundo Bordenave (1985, p.16),

Participação tem duas bases complementares: uma base afetiva – participamos porque sentimos prazer em fazer coisas com outros – e uma base instrumental – participamos porque fazer coisas com outros é mais eficaz e eficiente que fazê-las sozinhos.

A participação pode ser desenvolvida para que o indivíduo se beneficie na realização de alguma atividade, tendo economia de tempo e esforço ou por ter o prazer de trabalhar em equipe compartilhando seu conhecimento.

Para Teixeira (2001, p. 187), “a participação significa fazer parte, tomar parte, ser parte, de um ato ou processo, de uma atividade pública, de ações coletivas.”, com isso o indivíduo tem que se sentir pertencente aquele grupo, querendo se afirmar dentro dele, podendo fazer parte de todo o processo de forma ativa ajudando na construção das decisões.

Ainda segundo Teixeira (2001, p. 191), a participação cidadã é definida “como um processo complexo e contraditório de relação entre sociedade civil, Estado e mercado.”. Seguindo esta percepção que surge os atores com o objetivo de redefinirem seus papéis no desenvolvimento da sociedade, através das ações organizadas dos indivíduos.

Demo (2009, p.18) define a participação como um “processo social gradativo, no qual não se pode concebê-la como ‘suficiente, nem acabada’”. O processo de participação tende a ir aumentando, não conseguindo finalizar ou atingir sua forma perfeita, sofrerá mudanças para complementá-la em algum ponto, mudanças que ocorre pouco a pouco, para não se estagnar, não regredir.

Pode-se ver o processo de participação como fundamental para o desenvolvimento, a partir do envolvimento dos cidadãos que podem opinar e trabalhar juntamente com o Estado. Dessa forma, a participação começa a ser considerado um elemento de fundamental importância para refletir sobre desenvolvimento e passa a ser incorporada nos projetos, particularmente a partir dos anos 1990.

Capital social

Na literatura o tema capital social não é recente, porém a discussão sobre o mesmo ganha força nos anos 1990, tendo como destaque os estudos realizados por Robert Putnam. O capital social aparece como um novo tipo de capital, com grande importância na discussão sobre desenvolvimento. Cada dia mais outros estudiosos de diversas áreas de conhecimentos passam a abordar o assunto.

Um das marcas do capital social é que por ser proveniente do capital humano ele não deixa de lado as características culturais de uma comunidade, podendo adequar as normas a partir da cultura de cada população.

Para Fraga, (2014, p. 11):

Capital social é a relação de confiança e reciprocidade/sentimentos sociais entre indivíduos ou instituições que acarreta na geração de cooperação/ajuda mútua, formando redes sociais aumentando a capacidade de produção, participação e de desenvolvimento, sendo seguidas de obrigações e normas. (FRAGA, 2014, p.11).

Com isso se cria uma rede onde as pessoas colaboram uma com as outras a fim de atingir seus objetivos e alcançarem o desenvolvimento para a comunidade.

Já Putnam (1993, p. 177), “[...] capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”.

Segundo Bourdieu (*apud* Milani, 2003, p. 12), capital social é o:

[...] conjunto de relações e redes de ajuda mútua que podem ser mobilizadas efetivamente para beneficiar o indivíduo ou sua classe social. O capital social é propriedade do indivíduo e de um grupo; é concomitantemente estoque e base de um processo de acumulação que permite a pessoas inicialmente bem dotadas e situadas de terem mais êxito na competição social.

O Capital social se baseia de maneira recíproca para os componentes, é preciso confiar nas pessoas e passar confiança para que haja uma relação de cooperação, se não existir essa relação não há motivos para as pessoas se ajudarem, criando capital social.

As comunidades que não consegue acumular capital social terão dificuldades no seu desenvolvimento, pois a criação e manutenção de capital social tornam-se essencial para propor novas opções para o desenvolvimento. Putnam (1993).

Putnam (1993, p. 177) afirma que “a cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica.”. O desenvolvimento de uma comunidade cívica se conquista com maior facilidade do que de uma comunidade não cívica, isso se dar diante de um grande vínculo entre civismo e economia, as normas que conduzem uma comunidade cívica auxiliam no desenvolvimento econômico. (PUTNAM, 1993).

Para Fraga (2014, p. 13),

O capital social é formado basicamente das relações sociais, que em algumas comunidades há um aumento criando um círculo e fazendo-o expandir, enquanto em outras não conseguem dar certo, devido à falta de confiança ou por não terem boas relações sociais, a confiança faz parte do processo da formação de capital social.

Cooperação e confiança tem uma relação muito próxima, pois entende-se que quanto mais um indivíduo confie no outro mais ele irá cooperar com o mesmo, fazendo com que esses cooperem com a comunidade, formando um estoque de capital social. A confiança não se

dar através de promessas e sim através das ações realizadas, essa confiança é decorrente da convivência que se tem com o indivíduo.

Os preceitos de participação cívica são pensados de forma horizontal, os quais são de grande valia para a formação de capital social, “quanto mais desenvolvidos forem esses sistemas numa comunidade, maior será a probabilidade de seus cidadãos sejam capazes de cooperar em benefício mútuo.”. (PUTNAM, 1993, p. 183).

Putnam (1993, p. 186) afirma que “as regras de reciprocidade generalizada e os sistemas de participação cívica estimulam a cooperação e a confiança social porque reduzem os incentivos a transgredir, diminuem a incerteza e fornecem modelos para a cooperação futura.”.

Com essa incorporação de capital social nas comunidades faz com que os indivíduos participem mais e de forma mais comprometida, já que eles são assegurados com a existência de regras e normas, isso faz com que eles confiem um no outro, ajudando no desenvolvimento local, crescimento econômico e proporcionando geração de renda.

O Território do Recôncavo e o município de Muritiba

O Recôncavo baiano³ é um dos espaços mais antigos no processo de ocupação do território brasileiro; serviu por muito tempo à hegemonia produtiva da colônia, representada pela atividade açucareira, sendo uma das mais ricas regiões do país, comportando no seu território uma grande mistura de povos. O Recôncavo Baiano está localizado em torno da Baía de todos os Santos (OLIVEIRA; ALBUQUERQUE, 2010). Existem diferentes formas de classificação do Recôncavo, se levar em conta os territórios de identidade considera-se 20 municípios, já levando em consideração os aspectos históricos e culturais o mesmo é composto por 40 municípios. (BRANDÃO, 2007).

O Recôncavo é um espaço onde muitas atividades já foram desenvolvidas. Como assinala Milton Santos *apud* Brandão (2007, p. 53): “Recôncavo canavieiro, Recôncavo fumageiro, Recôncavo mandiogueiro e da cerâmica, sem falar nas zonas pesqueiras beirando mais proximamente o litoral, e do Recôncavo ao norte da cidade, servindo-a de lenha e carvão.”.

³ Unidade de planejamento do estado da Bahia, definida enquanto “territórios de identidade”.

Com o desenvolvimento da indústria na Região Metropolitana de Salvador (RMS), a partir dos anos 1960, o Recôncavo foi gradativamente perdendo sua importância e afastando-se da capital do estado. Nas décadas seguintes, os investimentos foram concentrados na RMS, com a crescente perda de dinamismo do Recôncavo.

Mais recentemente, novos investimentos parecem indicar mudanças importantes no Território do Recôncavo. A própria implantação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)⁴ tem gerado uma dinâmica diferente nos municípios de atuação da instituição.

[...] pois o que ocorre no Recôncavo Baiano é resultado da transformação social no espaço, utilizando novas funções para alterar processos com intensa repercussão nas velhas e atuais estruturas, tendo como principal agente, a sociedade daquele dado momento. (OLIVEIRA; ALBURQUERQUE 2010, p. 3).

Muritiba é um dos 20 municípios que compõem o Território do Recôncavo, com uma área de 89 km² e distante 122 km da capital do estado. O povoado de Muritiba surgiu em 1559, com a chegada de exploradores portugueses e jesuítas que criaram templos e conventos. No início da colonização eram divididos por capitânicas que eram a da Bahia, Ilhéus e Porto Seguro. A colonização se deu em torno do rio Paraguaçu onde as terras eram férteis e produtores de cana-de-açúcar instalaram-se pelas margens do Rio.

Segundo dados do Censo Demográfico 2010, Muritiba possui 28.899 habitantes, sendo que 10.859 são rurais, representando 37,6% da população total. Dessa população rural, 24,3% são analfabetos, considerando os maiores de dez anos de idade. O grau de urbanização do município vem crescendo: no ano de 2000 era de 58,4%, enquanto no último Censo realizado em 2010 o mesmo foi de 62,4%, o Índice de Desenvolvimento Humano do município é de 0,676⁵ que é considerado médio para os municípios.

Hoje a cidade de Muritiba conta com dois distritos, o de Muritiba e o de São José do Itaporã.

O nome São José do Itaporã surgiu da fusão indígena com a católica, já que São José é um santo católico e Itaporã vem do Tupi-guarani língua falada pelos primeiros habitantes do local, onde *Ita* significa pedra e *Porá* pedra bonita, o que se dar devido à existência da

⁴ Que tem campi em cinco cidades do Recôncavo, e um na cidade de Feira de Santana que faz parte do Sertão Baiano.

⁵ Este índice varia de 0 a 1.

exuberante serra que divide o distrito e a cidade de Cabaceiras do Paraguaçu. (OLIVEIRA, 2013).

O distrito de São José foi formado pela miscigenação entre europeus, indígenas e africanos que vieram trabalhar nos engenhos de açúcar. (OLIVEIRA, 2013). Fica localizado a 35 km da sede do município e, de acordo com o Censo Demográfico 2010, do IBGE, possui 10.632 habitantes.

A população de São José do Itaporã é formada por agricultores, onde a maior parte é de pequenos agricultores familiares, que possuem pequenos lotes de terra que utilizam para desenvolver a agricultura com o plantio para subsistência e no restante do espaço há produção de limão, laranja e o fumo que aos poucos perde seu espaço. Já do outro lado os grandes produtores (armazéns de fumos da cidade de Cruz das Almas) também reduziram suas produções devido à exportação da atividade para a Tailândia.

Os agricultores de São José do Itaporã, apesar das pequenas áreas de terras que possuem, continuam lutando para viver no campo, com a cultura mudando a todo tempo e se diversificando cada vez mais. A comunidade de Baixa Grande fica situada no São José. É uma pequena comunidade que fica a pouco mais de 10 minutos do centro de São José (de carro), que tem como moradores pequenos agricultores que cultivam do fumo até produtos orgânicos. A comunidade conta com a Associação Comunitária Rural de Baixa Grande e Abrangência cujo objetivo é contribuir com o desenvolvimento dos agricultores e da comunidade.

Os agricultores da comunidade de Baixa Grande enfrentam grandes problemas desde o plantio, com a falta de um trator que os ajudaria no preparo da terra, falta de mão – de – obra, até o escoamento dos produtos para o mercado, já que os mesmos não se reúnem para vender seus produtos, com isso eles sofrem com os atravessadores que se aproveitam dessa dificuldade e compram seus produtos com um valor bem abaixo do mercado. Enfrentam, também, problema com pragas, que fazem com que grande parte da lavoura seja perdida.

A Associação comunitária

A Associação Comunitária Rural de Baixa Grande e Abrangência foi fundada em fevereiro de 2005, logo após um dos moradores constatar que os moradores da comunidade estavam tendo dificuldades para frequentar as reuniões e atividades da Associação que eles

participavam que ficam em outra comunidade um pouco mais afastada, daí surgiu a ideia do atual presidente em criar uma Associação que abrangesse as comunidades circunvizinhas também.

Após várias reuniões com os moradores da comunidade de Baixa Grande e comunidades vizinhas iniciaram-se as atividades da Associação, que veio ser registrada legalmente no mês de Abril de 2005. Logo após sua fundação um dos associados doou um terreno para que fosse construída a sede da Associação, pois as atividades estavam acontecendo de forma improvisada nas casas dos sócios ou na sacristia da igreja da comunidade.

Hoje a Associação já conta com sua sede própria que serve para a realização das reuniões, atividades como academia da terceira idade, curso que a consegue em parceria com a Prefeitura e outros parceiros, aulas do (Programa Todos pela Alfabetização) e aulas de capoeira. Atualmente a Associação conta com 98 associados sendo 66 mulheres (67% dos associados) e 32 homens (33% dos associados), sendo que os associados residem na comunidade de Baixa Grande ou comunidades circunvizinhas.

Foram realizadas entrevistas, a partir de um roteiro semi-estruturado, o qual foi aplicado a quatorze associados mais o presidente. Entre os entrevistados oito afirmaram ter apenas o ensino fundamental incompleto, enquanto três possuíam ensino fundamental completo, dois possuíam ensino médio incompleto e apenas um dos entrevistados possui ensino médio completo.

Do total de entrevistados, sete afirmaram ter entre 46 e 64 anos; três, entre 36 a 45 anos; dois, entre 15 a 25 anos; e dois associados estão acima de 65 anos, e ainda treze dos entrevistados era do sexo feminino, tendo só um homem participado das entrevistas, foi possível constatar, através de visitas e participação nas reuniões, que as mulheres têm uma presença importante na Associação. Dentre os entrevistados, dez participam da Associação há mais de três anos; três, são associados entre dois ou três anos; e apenas um tem menos de um ano como associados.

Os associados entrevistados afirmam que não houve nenhum tipo de problema ou dificuldade para associar-se. Dentre os entrevistados, 10 associados afirmaram que se associaram com a intenção de contribuir com a comunidade, em busca de melhorias.

A agricultura é a principal fonte de renda da comunidade, muito dos moradores da comunidade começaram a trabalhar quando ainda criança ajudando seus pais para ajudar na sobrevivência da família. Do total dos entrevistados, dez associados afirmaram que a agricultura é a sua principal fonte de renda. Desses dez, seis têm outras fontes de renda complementares, sendo essas rendas complementadas com aposentadorias, programas sociais (Bolsa Família) ou com a realização de trabalhos temporários nas empresas de fumo e nas roças dos vizinhos. Do total de entrevistados, nove associados afirmam que não houve melhoria na renda após a entrada na Associação.

A Associação passa por diversas dificuldades, dentre elas os entrevistados apontam a falta de um trator para ajudar no preparo da terra para a nova plantação, falta de recursos e apoio. Enquanto ao papel da Associação, os entrevistados destacaram as ações que ela realiza/consegue como “doação de sementes”, “assistência técnica”, “recursos” etc.

Um dos fatores que desestimula a participação dos associados é devido a um problema que teve na tentativa de aquisição de um trator pela Associação. Onde foi feita o pedido de um trator para servir a comunidade através de um projeto da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, mas alguns empecilhos administrativos fez com que a Associação não fosse contemplada, o que gerou afastamentos dos associados e com consequência a não contribuição com a taxa mensal.

Outro fato que trouxe problemas para a Associação foi um projeto da mesma instituição, com a parceria da prefeitura que tinha como objetivo a construção de banheiros nas casas⁶. O projeto era para implantar os banheiros nas casas dos associados que o banheiro fosse do lado de fora da casa, mas muitas pessoas que não eram associados foram beneficiadas pelo projeto enquanto alguns associados não foram contemplados, com isso veio o desgosto e desmotivação para que os mesmo continuassem a participar da associação. O presidente diz que a ação de beneficiar as pessoas que não eram sócias surgiu como uma ideia para chamar as pessoas da comunidade para participar da associação, pois era uma forma de mostrar que a associação conseguia benefícios para seus sócios e lutava para conseguir atingir seus objetivos.

⁶ Foram construídos 46 banheiros na comunidade.

Os entrevistados mostraram o descontentamento com os mandatos do presidente, onde eles apontam que o mesmo não tem capacidade para gerir a Associação, pois em sua terceira gestão não consegue trazer grandes benefícios para a comunidade nem formar parcerias. Mesmo com esse cenário de descontentamento os sócios se mostram bastante pacientes e continuam a deixar o presidente no cargo, como se outro associado não pudesse assumir essa responsabilidade⁷.

Apesar das dificuldades da Associação, as entrevistas conseguiram medir o grau de confiança e união dos associados. Nove dos entrevistados inclusive o presidente afirmaram que após a associação eles estão mais unidos, contudo quando são questionados sobre a possibilidade de confiar ou se precisam ter cuidados ao lidar com as pessoas, doze dos quatorzes afirmam que é necessário ter cuidado. Com isso eles mostram que apesar do bom relacionamento eles não têm um bom nível de confiança.

Apesar do nível de confiança entre os associados se mostrarem relativamente baixo, os entrevistados afirmam confiar nas pessoas da comunidade, podendo ser comprovado quando os mesmos são perguntados se confiam em emprestar e/ou tomar dinheiro emprestado, tendo nove dos entrevistados respondido que sim, e que nunca houve problema com essa prática.

Quando foram perguntados sobre a confiança no presidente, seis dos entrevistados disseram confiar “muito”; dois, “nem muito, nem pouco”; três, confiam “muito”; e dois, confiam “muito pouco” apenas um dos entrevistados disseram confiar “totalmente”. Mas ainda assim há críticas constante sobre sua gestão e com isso percebe-se que ao invés de confiança se tem respeito por ele ter sido o principal ator para a constituição da Associação.

A Associação foi à via que os agricultores da comunidade de Baixa Grande e circunvizinha encontraram para promover o desenvolvimento das comunidades de forma sustentável, elevando a qualidade de vida dos moradores e ajudar um aos outros a superarem os obstáculos de forma conjunta.

Considerações Finais

⁷ Um exemplo disso é que nas últimas eleições houve apenas uma chapa, e o presidente manteve-se no cargo.

Esse artigo teve como objetivo discutir a economia solidária, desenvolvimento e participação em uma associação comunitária, analisando o capital social entre seus associados. A associação fica situada no Distrito de São José do Itaporã no Município de Muritiba, no estado da Bahia.

Com as entrevistas pôde perceber a dificuldade que a Associação passa devido a problemas que se deram a partir da não obtenção êxito em alguns projetos, o que desestimulou a participação dos associados. A associação é vista como um mecanismo que pode levar melhoria de vida e renda para as comunidades, mas com os problemas de gerenciamento frustra os associados. Com a nova reformulação na diretoria traz esperanças para os associados gerando uma expectativa que haja mudanças positivas.

Diante das dificuldades, porém, do grande crescimento de políticas públicas que se tem para o meio rural, mostra-se que a Associação leva benefícios - embora de forma lenta - para os agricultores. Pode-se ainda observar que a associação busca contribuir com o desenvolvimento social da comunidade e de seus associados, e conseguiu a união dos mesmos após sua constituição, além de promover a capacitação e levar conhecimento para eles através de cursos e palestras. A associação constituiu-se para “fortalecer a organização econômica, social e política dos produtores da comunidade de Baixa Grande e abrangência.”. (ESTATUTO SOCIAL). Esse pode ser ainda o maior desafio da associação.

Referências

AMARO, Rogério Roque. **Desenvolvimento local**. In: CATTANI. Antonio David; LAVILLE. Jean-Louis; GAIGER. Luiz Inácio; HESPANHA. Pedro. Dicionário Internacional da Outra Economia. Almedina Brasil, Ltda. p. 108-113. 2009.

ARROYO, João C. T. & SCHUCH, Flávio C. **Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário**. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

BANDEIRA, Pedro. **Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional**. Brasília: IPEA, 1999. Texto para discussão nº 630.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília, 1999.

BORDENAVE. Juan E. D. **O que é participação**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DEMO. Pedro. **Participação é conquista**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FRAGA, Diego A. P. **PARTICIPAÇÃO E CAPITAL SOCIAL: UM OLHAR SOBRE UMA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NO MUNICÍPIO DE MURITIBA - BA**, p.29,

Defesa de Conclusão de Curso – Tecnologia em Gestão de Cooperativas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2014.

LEONELLO, João Carlos. **O associativismo como alternativa de Desenvolvimento local e sustentabilidade social.** Disponível em:

<www.estudosdotrabalho.org/.../joaocarlosleonelloclaudiamariadahercosac>. Acesso em: 15 de abril de 2015.

MILANI, Carlos. **Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local:** lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). 2003

Oliveira, Ana Paula, Albuquerque, Claudia Lima. **UM PANORAMA DO RECÔNCAVO BAIANO: SOCIEDADE, ECONOMIA E CULTURA**, 2010. Disponível em: <http://www.narradoresdoreconcavo.com.br/index/reconcavo>

PUTNAM, Robert D. (1993) **Comunidade e democracia:** a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

TEIXEIRA, Elenaldo. **As dimensões da participação cidadã.** CADERNO CRH, Salvador, n. 26/27, p.179-209, jan./dez. 1997.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o global:** limites e desafios da participação cidadã. 2. ed. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001.

ZAPATA, Tânia et al. **Desenvolvimento local:** estratégias e fundamentos metodológicos. Rio de Janeiro: Ritz, 2001.